



Práticas do Santander Brasil para as operações localizadas na Amazônia

Proteger a Floresta Amazônica é crucial se quisermos combater as mudanças climáticas. O Grupo Santander está comprometido com esta ação, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento e as práticas sustentáveis na região.

Dada a crescente preocupação com as mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade, além da informação disponível sobre a política global do Santander em relação a Gestão do Risco Ambiental, Social e das Mudanças Climáticas – ESCC e seu compromisso com os Princípios do Equador, detalhamos a seguir o cuidado adicional que o Santander Brasil aplica para clientes com operações na Amazônia.

Nossa Política Global

A política Global do Santander se aplica às atividades de financiamento de clientes com operações na Amazônia. Entre as ações, exigimos que madeireiras possuam o selo Forest Stewardship Council (FSC); também fazemos revisões anuais de grandes empresas do agronegócio; e colocamos um enfoque especial nas seguintes atividades:

- Processos industriais com impacto ambiental em zonas próximas de zonas classificadas como sítios Ramsar, sítios do Patrimônio Mundial ou pela União Internacional para a Conservação da Natureza¹ como categorias I, II, III ou IV.
- A extração e comercialização de espécies de madeira tropical nativa.
- Plantações em florestas declaradas, protegidas por organismos oficiais.
- Desenvolvimentos em áreas florestais que sofreram incêndios ou desmatamentos massivos nos últimos cinco anos.
- Financiamento de atividades que geram a expansão de áreas agrícolas ou plantações em detrimento da floresta natural.
- Atividades com impacto em florestas tropicais, savanas tropicais ou localizadas em Geografias de Alto Risco.

Atuação geral do Santander na Amazônia brasileira

O Santander financia frigoríficos, madeireiras, produtores rurais entre outros negócios na Amazônia e, busca constantemente minimizar ou eliminar possíveis impactos socioambientais de seus financiamentos. Olhando para o futuro, esperamos que nossos clientes frigoríficos na Amazônia tenham sua cadeia de abastecimento de gado totalmente rastreável e livre de desmatamento, incluindo seus fornecedores indiretos, até 2025 como pré-requisito para a concessão de crédito.

¹ A União Internacional para a Conservação da Natureza classifica as áreas protegidas de acordo com os seus objetivos de gestão ambiental: Categoria I: Reserva Natural e Áreas de Isenção, Categoria II: Parque Nacional, Categoria III: Monumento ou Característica Natural, Categoria IV: Área de Gestão Habitat/Espécie.



Durante anos, o Banco tem trabalhado com os nossos clientes para promover o desenvolvimento sustentável. O Santander foi o primeiro banco no Brasil a exigir que as empresas madeireiras na Amazônia tivessem o FSC como condição para se tornarem clientes. Também foi o primeiro banco brasileiro do setor privado a desenvolver, em 2002, uma análise de crédito levando em conta os riscos ambientais e sociais, além de ter sido o primeiro, em 2016, a incorporar formalmente um modelo de valoração socioambiental na classificação de crédito dos seus clientes do segmento Corporate.

Desde então, o Banco tomou uma série de medidas

- Todos os pedidos de crédito por produtores rurais ao Santander Brasil (não apenas os da Amazônia) são verificados quanto a embargos emitidos pelo governo relacionados ao desmatamento ilegal, não só na propriedade financiada, mas também nas propriedades próximas. Os pedidos também são analisados para garantir que as propriedades não se sobreponham às reservas e áreas de povos indígenas oficialmente reconhecidas.
- As práticas dos clientes são revistas regularmente: Há avaliações de critérios ESG anuais de mais de 2.000 clientes, incluindo frigoríficos, traders de soja e madeireiras.

O Santander Brasil tem uma área de Risco Socioambiental com sete profissionais em São Paulo, todos com experiência nesta área. A equipe possui analistas formados em agronomia, biologia, geologia, gestão ambiental, engenharia ambiental e engenharia química.

Fazendeiros e pecuaristas

Como parte da aprovação de crédito para empréstimos a agricultores e fazendeiros, o Santander, junto a uma empresa terceira, monitora a partir de imagem por satélite mais de 16.000 propriedades rurais que estão sendo financiadas ou oferecidas pelos clientes como garantia. Essa empresa fornece informações diárias sobre os embargos emitidos pelo governo que proíbem a produção em áreas desmatadas ilegalmente.

A empresa contratada também nos fornece dados dos clientes sobre trabalho escravo, bem como incursões em terras e parques indígenas oficialmente reconhecidos e áreas de conservação. Se algum problema for identificado, contatamos o cliente e exigimos uma explicação. Caso haja violações materiais das leis e regulamentações ambientais nos termos do nosso contrato padrão, o Banco tem o poder de tomar medidas corretivas incluindo, quando aplicável, declarar o vencimento antecipado da dívida e exigir o seu pagamento. Além destas ferramentas, o Santander também utiliza as plataformas de imagem de satélite baseadas na Internet Global Forest Watch e MapBiomas. Estas ferramentas permitem-nos ver imagens de satélite de possíveis perdas de cobertura de árvores durante um período específico e com detalhes sobre as fazendas e áreas dos clientes.

Análises socioambientais de empresas

Para clientes corporativos em todo o Brasil, não só na Amazônia, o Santander tem um conjunto de processos e controles que leva em consideração não só se os nossos clientes estão em conformidade com a lei, mas também se possuem boas práticas. Durante a última década, o Santander Brasil realizou análises de mais de 2.000 clientes corporativos por ano. Os detalhes destes números estão disponíveis no site do [Santander Brasil](#). Isto abrange empresas em todas as regiões do Brasil, incluindo as que têm operações na Amazônia, tais como grandes produtores e comerciantes de soja, frigoríficos, empresas mineradoras e madeireiras.



Escopo: estes procedimentos exigem que o Banco efetue revisões periódicas nos segmentos de Varejo (E3) e Atacado, que:

- Operam em setores econômicos, como agronegócio, silvicultura, mineração, energia, petróleo e gás e indústrias em geral;
- Possuem receitas de vendas anuais de pelo menos R\$ 20 milhões;
- Tem uma exposição de dívida com o Santander de pelo menos R\$ 5 milhões.

Metodologia: o Santander Brasil utiliza um modelo de valoração socioambiental para as empresas, que afeta diretamente a classificação de crédito para clientes do segmento Corporate. Este modelo de valoração inclui uma avaliação das práticas da cadeia de suprimentos, multas, terrenos degradados e a gestão socioambiental da companhia. O modelo também inclui fatores climáticos de duas maneiras: (1) uma calculadora de estresse hídrico que considera a atividade econômica do cliente, a localização da bacia hidrográfica, bem como as medidas adotadas para economizar água e (2) uma avaliação da vulnerabilidade do cliente às mudanças climáticas em geral, tais como novos padrões climáticos, legislação ou demandas de mercado.

Uma parte fundamental da análise dos clientes corporativos do agronegócio na Amazônia é uma verificação de sua cadeia de suprimentos. Para isso, o Santander utiliza ferramentas, como o Trase, dados governamentais sobre multas ou auditorias, assim como relatórios de notícias. Ao identificar algum ponto crítico, o Banco questiona os clientes sobre suas práticas e incidentes específicos. Se forem identificadas violações materiais das leis e regulamentos ambientais, nos termos de nosso contrato padrão, o banco tem o poder de tomar medidas corretivas incluindo, quando aplicável, declarar o vencimento antecipado da dívida e exigir seu pagamento. Especificamente, com relação às análises dos frigoríficos, nos últimos anos o Santander tem acompanhado de perto a implementação de suas práticas com relação aos seus fornecedores. Os analistas de Risco Socioambiental mantêm reuniões com esse público ao menos uma vez por ano para discutir seu progresso.

Trabalhando em conjunto contra o desmatamento: o Santander Brasil participa de três iniciativas externas que propõem soluções para deter o desmatamento. É fundador da Mesa Redonda sobre Soja Responsável (RTRS), e foi seu primeiro presidente de 2006 a 2009, durante a fase crucial de criação de seu primeiro padrão de sustentabilidade. O Banco também é fundador e membro da diretoria do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), uma iniciativa multi-stakeholder fundada em 2008 para promover melhores práticas pecuárias no Brasil. O Banco também atua no Grupo de Trabalho Florestal da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) discutindo sobre questões florestais e de agronegócios. Os membros deste GT trocam experiências sobre novas formas de conter o desmatamento entre os clientes dos bancos.

Última atualização em: 29 de dezembro de 2021.